

O Senado debate a desindexação

A intenção do governo de desindexar os salários foi bastante criticada ontem. A discussão começou no Senado, onde, depois de ouvir um discurso em que o líder do PDT, Roberto Saturnino, propôs a moratória "como gesto de soberania" do Brasil e rejeitou a desindexação de salários, o senador Roberto Campos (PDS-MT) sustentou que, enquanto houver inflação, o salário dos empregados só vai durar mais se houver expurgo nos índices. O expurgo — disse — deve ser global, com a distribuição de sacrifícios, para evitar injustiça social.

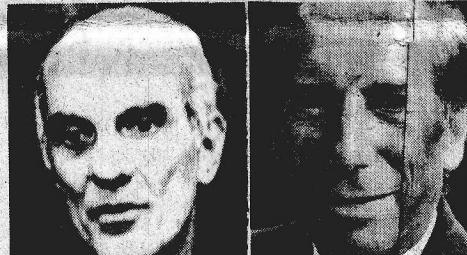
Segundo Roberto Campos, nas economias fracas sempre haverá necessidade de indexação. Ele aproveitou para corrigir: não se pretende a desindexação, mas sim o expurgo de índices. Sustentou ainda que ultimamente não tem havido no País correção, mas incorreção monetária.

O líder pedetista proferiu um longo discurso de resposta ao pronunciamento de Campos, feito na semana passada. O discurso de Campos "ficou no vazio", segundo a interpretação de Saturnino, que contestou praticamente todos os argumentos do embaixador, lembrando, a propósito da "imprensa energética", que a oposição sempre advertiu o governo para o problema.

A Câmara dos Deputados, por sua vez, poderá aprovar, amanhã, proposição que transforma em lei a atual metodologia utilizada pelo IBGE para o cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

A proposição foi apresentada pelo deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), no início da sessão legislativa, com o objetivo de "impedir que o Poder Executivo, agindo isoladamente e a pleno arbitrio, venha alterar a metodologia de cálculo do INPC, tentando modificar o real registro da variação do custo de vida, seja pela não consideração de aumento de preços de certos bens e serviços seja mediante a utilização de quaisquer técnicas estatísticas que permitam a supressão de dados ou deixem de refletir a variação nos preços de bens e serviços realmente ocorrido".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves, criti-



Saturnino Braga

Roberto Campos

cou ontem a proposta que será levada pelo presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, ao Conselho Superior de Economia da entidade, de desindexação apenas do INPC, que serve de base aos reajustes salariais, sem adotar a mesma medida em relação a outros fatores econômicos.

"Deixar o índice de reajuste salarial abandonado à própria sorte — disse o sindicalista — pra ser negociado entre patrões e empregados, numa sociedade onde as Leis de Greve de Segurança Nacional são draconianas, altamente prejudicial à classe trabalhadora."

O deputado Alberto Goldmann, secretário-geral do PMDB de São Paulo, também criticou item a proposta do presidente da Fiesp. Elpediu que o Conselho Superior de Economia da Fiesp rejeite essa proposta, "pois significará jogar nas costas dos trabalhadores ônus da crise econômica em que vivemos. Vamos dizer, fazer com que os aumentos salariais não acompanhem o aumento o custo de vida é penalizar aqueles que vivem de salários e vencimentos, justamente os mais atingidos pelos desmandos e pela irresponsabilidade dos governos nos últimos anos".

A desindexação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor "não tem sentido no atual momento econômico do País", afirmou item, em Porto Alegre, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Sérgio Schapke. "Não podemos passar por uma perda de compra, por mais uma queda do poder aquisitivo da população, assim, abruptamente. O Brasil não pode passar por isso", enfatizou o líder empresarial gaúcho, preocupado com os reflexos recessivos da medida.

Schapke considerou que qualquer alteração na política salarial deve ser precedida "de fixação de um salário mínimo condizente", a partir da garantia de um mínimo para a sobrevivência do trabalhador e mantendo o mercado, na sua opinião, os reajustes salariais poderão ser desindexados, passando a depender da livre negociação entre patrões e empregados: "O resto será regulado por sua competência", observou.